

ESPAÇOS REGIONAIS DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE A CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL PÓS-77*

Antônio Sérgio Alfredo Guimarães**
Nády Araújo Castro

I

A retomada do movimento operário no Brasil depois de 1977 evidenciou claramente aquilo que Weffort já havia prenunciado em 1972: a emergência de uma nova concepção de política sindical. Contudo, o que sustenta esta nova concepção, com seu novo estilo de liderança, é, sem dúvida, um processo mais profundo e mais complexo de formação da subjetividade operária e de sua identificação de classe.

A reflexão sobre a natureza desse processo e o nexos entre a subjetividade operária, a identificação de classe e os seus determinantes objetivos têm preocupado alguns dos principais teóricos do movimento operário e do sindicalismo no Brasil.

De fato, mesmo um breve passar de olhos sobre a literatura científica aponta para um conjunto de hipóteses sobre a natureza, a estrutura e a ação dos sindicatos que buscam correlacionar a origem cultural e social dos trabalhadores com o seu comportamento sindical e político.

Assim, para Albertino Rodrigues (1974) o operariado brasileiro fora formado por duas correntes culturais constitutivas — o operário europeu e o imigrante rural nacional — nas quais vicejaram dois tipos de orientação de ação: uma libertária e a outra pragmática.

O peso da imigração européia e o predomínio de ideologias socialistas e anarquistas entre esses imigrados teriam imprimido, até os anos 20, um tipo de sindicalismo livre, de ação direta, que distanciava o movimento operário tanto do Estado quanto das burocracias sindicais, ao contrário do tipo de ideologia, também européia mas minoritária, que enfatizava o "business union".

Ainda segundo Rodrigues, aquela primeira vertente ideológica torna-se secundária nos anos 20, com a ascensão dos comunistas "caboclos" que emprestam ao sindicalismo libertário uma marca burocrática. Dos anos 30 em diante, a predominância do operário "caboclo", portador de uma ideologia "difusa e tradicionalista", se expressa, em sua vertente direitista, no tipo de sindicalismo oficial institucionalizado pela CLT e, em sua vertente esquerdista, por uma acomodação do "sindicato burocrático de massa" com esta estrutura oficial "que nunca chegou a ser posta em cheque". Assim, no que diz respeito à ação e a consciência política, seguindo esta linha de raciocínio, o proletariado brasileiro teria evoluído de modo inverso ao europeu. Seria de esperar, por isso, uma futura inversão de sua tendência histórica: de "classe-para-si" nos anos dez e vinte teria regredido para "classe-em-si" nos anos trinta e deveria voltar a ser uma "classe-para-si" quando desaparecessem, ou amainassem, os fatores de sua acomodação.

Este trabalho foi apresentado, em primeira versão, no XI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais — ANPOCS (Águas de S. Pedro, 1987) no Grupo de Trabalho sobre "Classe Operária e Sindicalismo". O seu desenvolvimento deu-se no curso das atividades do projeto "Formação de Classe dos Trabalhadores Químicos e Petroquímicos: seus determinantes materiais — economia, política e cultura", de cuja equipe de coordenação participam os autores, que agradecem o apoio financeiro recebido do CNPq e ANPOCS-Ford.

* Professor Adjunto do Departamento de Sociologia e Pesquisador do Centro de Recursos Humanos da UFBA.

Albertino Rodrigues agrupa estes fatores em três dimensões:

1. Sócio-culturais:

"A origem predominantemente rural ou pelo menos interiorana do operário faz com que ele veja sua simples mudança para os grandes centros industriais do país como um processo de ascensão social. Sua concepção cabocla do mundo e sua situação nas esferas sociais mais deprimidas colocam-no em posição desfavorável na disputa de novos valores, que ele espera antes obter como dádiva que conquistar mediante novas técnicas organizatórias".

2. Político-sociais:

"As mesmas origens já mencionadas do nosso proletariado fazem com que o ambiente patriarcal condicione padrões de conduta tais que ele costuma ver a figura do patrão como 'grande pai' ou 'grande chefe'".

3. Institucionais:

"Na prática, as vantagens da CLT procederam a um esvaziamento das reivindicações político sindicais empreendidas sobre tudo pelo movimento sindical, resultando em acomodação mesmo que este buscasse assumir o papel de fiscalizador da aplicação das leis trabalhistas e previdenciárias. Desde da criação do Imposto Sindical, os sindicatos desempenham, também, funções que não são propriamente de representação de classe; tornaram-se, assim, em larga escala, entidades assistenciais, que acabam por configurar o quadro integrativo que o sistema sindical brasileiro desempenha junto a massa de trabalhadores"(Albertino Rodrigues, 1974: 108-109).

O quadro abaixo sintetiza a tese de Albertino Rodrigues sobre a influência da origem cultural e das orientações políticas dos trabalhadores sobre a ideologia e o tipo de organização sindical no Brasil.

ALBERTINO RODRIGUES: CONSEQUÊNCIAS IDEOLÓGICAS E ORGANIZATIVAS DA ORIGEM CULTURAL E ORIENTAÇÕES POLÍTICAS DOS TRABALHADORES BRASILEIROS

ORIGEM CULTURAL/ORIENTAÇÃO POLÍTICA		CONSEQUÊNCIAS	
		IDEOLÓGICAS	ORGANIZACIONAIS
ESTRANGEIRA	LIBERTÁRIA	ANARCO-SINDICALISMO	AÇÃO DIRETA
	PRAGMÁTICA	REFORMISMO	BUROCRACIA
RURAL/NACIONAL	LIBERTÁRIA	COMUNISMO	CGT COMO CÚPULA
	PRAGMÁTICA	TRABALHISMO	MTB COMO CÚPULA

Vianna (1978) tece críticas muito pertinentes a este tipo de corrente interpretativa, **tanto de** ordem teórico-metodológica quanto de ordem empírica. Teoricamente, ao atribuir **a origem** rural dos novos contingentes trabalhadores uma ilimitada capacidade **explicativa, essa** interpretação se restringe às "motivações individualistas egoísticas" de seus

indivíduos constitutivos, desconhecendo fatores estruturais como a formação do capitalismo no país, a formação do estado, o embate entre as classes e as instituições legais que regulam o mercado de trabalho.

Metodologicamente, o erro consistiria em tratar o comportamento operário e sindical como uma determinação em si mesma, independente da política de Estado, fora portanto do contexto histórico mais amplo. Em termos empíricos, Vianna contesta a tese valendo-se de dois argumentos. Primeiro, porque seria incorreto ignorar o "profundo impasse sofrido pelo movimento operário após a grande movimentação dos anos 17 e 18, quando sua precária organicidade e a ausência de um projeto político definido não lhe permitiram alcançar uma vitória correspondente à magnitude das ações que conduziu". Segundo, porque o movimento sindical dos anos 10 "formulou e reivindicou do Estado uma legislação protetora do trabalho, fora portanto dos marcos ideológicos e políticos da ação direta" (p.19).

Vianna, em contrapartida, avança uma interpretação que evita os elementos subjetivos de explicação, como a orientação ideológica ou mesmo os interesses demonstrados de fato pelo conjunto dos trabalhadores. Sua análise privilegia as lideranças e as organizações de classe. Ele se move no quadro das determinações estruturais e das relações de força e de poder para se colocar como problema: foi feito o melhor possível pela classe na defesa de seus interesses gerais (pré-definidos), dadas as circunstâncias históricas?

A interpretação de Vianna baseia-se em dois supostos. Primeiro, que o desenvolvimento do país teria se dado por uma via autoritária, garantida por um compromisso entre as facções agrária e industrial da burguesia; esse compromisso se expressava institucionalmente pela vigência da CLT nas cidades; pela continuidade, no campo, do mando coronelístico; e pela sobre-representação dos estados atrasados no Legislativo. Segundo, que a CLT, como instrumento de dominação dos trabalhadores urbanos, seria funcional apenas num contexto político autoritário.

Para Vianna, o contexto liberal pos-45 permitira que "a complexa urdidura da rede de domínio sobre a vida associativa dos assalariados se revertesse no seu contrário, ao ocorrer o assenhoramento dos sindicatos pelo movimento operário livre, fazendo deles firmes cabeças de ponte para calçar sua penetração no interior do aparato estatal, através da própria estrutura vigente" (p. 21).

Segundo ele, as disfuncionalidades das instituições corporativistas sob o liberalismo eram gritantes. Assim, o salário mínimo, que deveria funcionar como "parâmetro geral para fixação dos salários", perde sua função de rebaixador do nível geral dos salários diante da combatividade operária que generaliza a greve como forma de luta e desloca, deste modo, a Justiça do Trabalho de seu papel de gestor da política salarial. Do mesmo modo, a lei da estabilidade, que deveria "solidarizar os assalariados com o sistema de controle da CLT, toma-se disfuncional quando o volume do exército industrial de reserva se expande em abundância". Além disso, este instituto teria passado a favorecer o "aumento do peso relativo dos sindicatos no interior da empresa, dado que as lideranças estáveis não podiam ser demitidas" (p. 21). Até mesmo o imposto sindical, "criado para viabilizar a perpetuação no poder das lideranças pelegas, nas mãos de um sindicalismo livre se vira em poderoso instrumento de sua influência social" (p.21).

Vianna acredita, portanto, que a retirada destes institutos pelo golpe de 1964 representa o "destróçamento da complexa estrutura arquitetada pela CLT" e a transformação dos sindicatos em agências para-estatais. Essa transformação, "dado o nível de mobilização independente anterior", dependeu, para ser consolidada, de uma "refinada eficácia repressiva" e da "manutenção do consenso entre classes, frações de classe e elites dominantes a respeito da política geral do Estado, consenso que, por sua vez, garantia a eficiência no uso dos meios de coerção" (p. 22).

Assim, quando a partir de 1973 cinde-se o bloco de poder e amainece a repressão estatal, nada mais natural que a re-emergência do movimento sindical independente. O fato realmente novo no pós-73 parece consistir, para Vianna, na ameaça que sofre o movimento sindical de perda de sua unidade de ação. Isto porque a CLT, que garantia

a unicidade de representação, teria se esclerosado no tempo, deixando de refletir as transformações operadas no mundo fabril.

A linha interpretativa de Vianna é duramente criticada por Weffort (1978). Este argumenta, ao contrário, ter havido um pacto populista na Terceira República, resultante de uma política deliberada dos comunistas, e que este pacto desconsiderava interesses manifestos dos trabalhadores das grandes indústrias que se instalaram no país na década dos 50.

A análise que Weffort avança alternativamente privilegia a compreensão das opções políticas feitas pelas lideranças operárias a partir de sua ideologia e de seus interesses, no quadro das opções institucionalmente abertas, e no contexto da experiência combativa do conjunto dos trabalhadores. É assim que ele se coloca a questão de explicar a permanência da legislação sindical do Estado Novo no contexto da democracia de 46, argumentando, ao contrário de Vianna, que a CLT é um instrumento de dominação de classe que, longe de permutar-se em seu contrário durante o liberalismo, encontra justamente nele o seu complemento. A resposta de Weffort é bem conhecida.

Houvera, em primeiro lugar, uma política de "ordem e tranquilidade" seguida pelos comunistas, que reproduzia as "diretrizes de Stalin sobre o 'período de desenvolvimento pacífico' formuladas ao final da guerra". Essa política colaboracionista passava, no frígido dos ovos, por uma aceitação, ainda que muda, do sindicalismo corporativista. De qualquer modo, significou uma concepção de sindicato que o aproximava mais de um instrumento de mobilização que de um instrumento de representação de interesses. Assim, se "de início, a estrutura corporativista era vista como uma circunstância inevitável para o acesso às bases da classe operária, depois, especialmente no governo Goulart... a estrutura corporativista começa a aparecer como instrumento institucional adequado" (Parte 2, p. 3).

Em segundo lugar, Weffort identifica na ideologia nacionalista e desenvolvimentista dos anos 50 e 60 as bases da aliança política e ideológica das esquerdas com o populismo. Ideologia e aliança que, segundo ele, bloqueiam "a capacidade de percepção dos grupos políticos em relação ao deslocamento que se estava processando nas bases econômicas e sociais do Estado" (Parte 1, p. 8).

Em terceiro lugar, Weffort aponta para o caráter de "partido de Estado" das organizações políticas de esquerda, principalmente o PCB, o qual não teria se transformado realmente num partido operário. Ao contrário, segundo ele, o PCB "foi um partido político em que as 'funções de representação de classe' estiveram quase sempre subordinadas às 'funções de Estado', ou seja a sua atividade como intermediário que busca equilibrar os interesses de classe, que quer representar, os interesses dos demais partidos e os interesses do Estado" (Parte 3, p. 17). Nessa linha de interpretação, Weffort identifica o ano de 1958 como aquele em que as organizações inter-sindicais autônomas tendem "a deslocar seu eixo estratégico das empresas privadas (PUI) para as empresas públicas ou, pelo menos, para as empresas de utilidade pública (PUA)" (Parte 2, p. 8).

Seguindo as sugestões anteriores, mas procurando encontrar o conteúdo do pacto populista nos interesses imediatos das diversas frações operárias, Guimarães (1985) sugere que o compromisso da Terceira República significava para a classe operária "apoiar um estado capitalista que perseguia uma política de desenvolvimento nacional, garantindo, ao mesmo tempo, salário mínimo para os não-qualificados, estabilidade de emprego para os qualificados e emprego vitalício para os servidores públicos". Exclui explicitamente, como Weffort, os novos segmentos da indústria monopolista "posto que os problemas de política de produção que eles enfrentam não estavam colocados pelo movimento sindical".

Ao analisar a re-emergência do movimento operário a partir de 1977, Weffort é claro ao identificar como suas principais características, ao contrário do período anterior: (a) estar assentado prioritariamente nas indústrias de ponta; (b) ter uma forte participação **das** bases; (c) enraizar-se nas fábricas e refletir as reivindicações fabris; (d) ser, até **certo** ponto, espontâneo com relação aos partidos e aos sindicatos. Características **essas** que já haviam sido notadas nas greves de 68 em Osasco e Contagem (Weffort, 1972).

O novo sindicalismo tem, assim, para Weffort, características bem diferentes do sindicalismo pré-64 e tende a desenvolver uma prática política independente e, sobretudo, de classe. A explicação para essa prática nova parece residir, segundo o autor, na força dos trabalhadores do setor dinâmico, os quais podem impor novas formas de relacionamento com o empresariado, prescindindo da camisa de força que a CLT representa. Em outros momentos, sugere também que o novo sindicalismo é a resposta operária mais adequada face ao desmantelamento do compromisso de classe do populismo, quando os sindicatos viram cortado o seu acesso ao poder. Segue, assim, as sugestões de Erickson (1977).

Weffort, entretanto, não chega a formular claramente essas hipóteses explicativas, posto que sua problemática não o exige. Será Almeida (1978) quem primeiro se proporá claramente a explicar as características do novo sindicalismo e do movimento operário do final dos 70. A seu ver, a novidade deste movimento envolve três ordens de questões: A primeira se "refere ao surgimento de uma temática reivindicatória que abrange tanto as demandas salariais quanto os problemas relacionados com as condições de trabalho". A segunda "diz respeito as formas descentralizadas de negociação coletiva daqueles dois tipos de demanda". A terceira, finalmente, "expressa as transformações dos organismos sindicais, indispensáveis para torná-los instrumentos aptos de uma ação sindical mais centrada no universo da empresa e mais preocupada em aumentar o controle dos assalariados sobre o processo de trabalho" (p. 469).

Metodologicamente, Almeida pretende reintroduzir a subjetividade operária como dimensão explicativa ao admitir que a nova temática reivindicatória parece brotar da experiência particular dos trabalhadores da grande empresa moderna. Seu quadro de hipótese, entretanto, permanece ainda unicamente preso aos fatores estruturais da explicação.

A principal mudança que ela nota entre o sindicalismo populista e o sindicalismo atual é a passagem de uma problemática operária marcadamente política para uma problemática mais propriamente fabril. Isso porque o sindicalismo brasileiro fora de iniciativa do governo e constituiu-se numa das faces do intervencionismo estatal. Assim, a estrutura normativa e institucional que definia "os marcos, as formas e os canais legais do confronto indireto" transformava a ação sindical numa ação necessariamente politizada em seus meios. A "pressão direta sobre o governo se constituía na estratégia privilegiada de luta... ainda quando se tratava de arrancar às empresas determinados benefícios, particularmente de natureza salarial". Pressão politizada em seus fins posto que haviam "nexos estreitos que ligavam as reivindicações salariais às demandas de mudança na gestão da economia". Almeida encontra a explicação para essa politização da ação sindical tanto numa oferta de trabalho superabundante que "minava a capacidade sindical de negociar diretamente com o patronato", quanto "nas características de uma indústria que dificilmente poderia viver sem o amparo governamental" (p. 472).

A diversificação da economia brasileira a partir da metade dos anos 50 teria provocado, segundo Almeida, uma "diferença profunda da estrutura produtiva quanto a padrões tecnológicos e produtividade e a conseqüente diferenciação do mercado de trabalho em termos de qualificação, situação e condições de trabalho e salários, uma e outra derivadas da concentração do progresso técnico e da modernização em alguns pólos da economia" (p. 477).

Será essa diferenciação interna de operariado, que implica na diversificação dos problemas enfrentados, dos interesses e das reivindicações dos distintos grupos de trabalhadores, que irá permitir a emergência das novas temáticas reivindicatórias cujo interlocutor privilegiado é a empresa e não mais o governo. Ao contrário, apenas se o Estado tentar manter-se desnecessariamente como intermediário os novos conflitos serão politizados. O novo sindicalismo seria, portanto, tendencialmente, a expressão organizada de uma "aristocracia operária" em formação.

No que pese a conclusão, a contribuição de Almeida foi duradoura em sugerir hipóteses explicativas para a relação entre a constituição dos segmentos na estrutura

ocupacional da classe trabalhadora e a formação de interesses operários, seja no que tange às posições político-sindicais daí decorrentes, seja no que se refere aos segmentos que reúnem as condições objetivas de aglutinarem esses interesses num processo de contra-hegemonia.

Será Humphrey (1979, 1982), todavia, quem iria enfrentar mais claramente a questão de explicar a formação da classe operária brasileira no momento atual. Ao se contrapor à tese da aristocracia operária, Humphrey não apenas descaracteriza a existência de um "mercado primário", que estaria na base da diversificação dos interesses operários, como traz à luz alguns elementos cruciais — sobre a gestão do trabalho, o processo de trabalho, a localização residencial e os recursos organizacionais — que explicariam o movimento operário que emerge em São Bernardo nos anos 70.

Assim, por exemplo, os altos salários das montadoras, longe de amolecerem o ímpeto reivindicativo dos trabalhadores, são analisados por Humphrey tanto como uma estratégia patronal para disciplinar o mercado de trabalho, permitindo uma oferta abundante, quanto como um meio de disciplinar os próprios trabalhadores, submetendo-os a ritmos e a graus de intensidade do trabalho que não vigoram no mercado regional.

Do mesmo modo, Humphrey demonstra como certos postos de trabalho, como os da ferramentaria, têm condições de mercado que singularizam seu poder de barganha salarial frente à empresa, além de condições de trabalho tais que potencializam o seu controle sobre o trabalho como meio de barganha, através de paradas, diminuições de ritmo etc. São justamente tais postos de trabalho que, ao partilhar as condições gerais adversas da indústria e, ao mesmo tempo, deter melhores condições materiais de organização fabril, se tornaram o núcleo do movimento reivindicatório.

Ao mesmo tempo, Humphrey é claro ao realçar a concentração residencial destes trabalhadores em São Bernardo e sua concentração fabril em poucas empresas como fatores que potencializaram a sua ação de classe, seja por motivos puramente técnicos — como a facilidade de comunicação e arregimentação que advém da concentração — seja por causa da própria importância da vida comunitária para a constituição das idéias e dos interesses.

Essa rápida passagem de olhos pela literatura sobre o movimento sindical brasileiro revela que os elementos cruciais para o entendimento do processo atual de formação da classe operária no Brasil estão sendo tratados de modo ainda pouco articulado.

A constituição de uma identidade cultural e social que fundamente uma situação de classe depende, obviamente, dos padrões culturais dos elementos constitutivos dessa classe, como quer Albertino Rodrigues, mas é, ao mesmo tempo, um processo condicionado e determinado pelas estruturas econômicas e políticas em desenvolvimento, como salientou Vianna. Mais que isto, é um processo cuja direção e conteúdo estão, decisivamente, dados por um segmento dirigente e inteligente que cria e recria, forma e transforma um universo teórico-ideológico, o qual orienta as principais opções de ação tomadas pelo movimento coletivo e individual no amplo quadro deixado pelas práticas estruturadas institucionalmente. É nesse terreno concretizado e prático que se formam interesses reais, ou seja, interesses que, explícitos ou não, podem ser comprometidos, negociados ou defendidos em sua pureza. Enfim, é no terreno da política e da ideologia que a história é feita, como Weffort parece compreender.

Mas a política feita por homens e mulheres trabalhadores só pode ser plenamente compreendida quando se entende a enorme diferenciação das condições de trabalho entre eles. Condições que são estruturadas institucionalmente mas que se respaldam em práticas culturais concretas e em identidades sociais diversas. Condições que vão da posição dos diversos tipos de trabalhadores no mercado de trabalho à forma particular da gestão empresarial da força de trabalho em cada indústria. São essas condições, além de outras situações contingentes, que determinam, como salientaram Almeida e Humphrey, o movimento operário.

O considerável esforço de investigação já acumulado no Brasil no sentido de se entender as determinações objetivas do complexo processo de formação da subjetividade operária e sua expressão organizativa sofre ainda de outro defeito irremediável, ademais dessa escassa articulação dos resultados até aqui alcançados. É que, natural-

mente, este esforço parece marcado pelo contexto histórico em que tem lugar, qual seja, o da concentração da produção capitalista e dos seus produtores diretos num espaço regional específico — o do Sudeste — particularizado em termos de trajetória de constituição histórica tanto das suas frações burguesas, quanto das suas frações operárias.

Se é certo que este espaço responde, até hoje, pela grande massa de produtos e pela maior quantidade de produtores diretos da indústria nacional, é igualmente verdadeiro que a saída da crise de acumulação do início dos 60 e o novo pacto político expresso no golpe de 64 incorporaram outras regiões do país ao universo da produção especificamente capitalista, levando a moderna indústria brasileira de bens de consumo e de bens intermediários a novos espaços, até então caracterizados por se reproduzirem segundo circularidades internas à dinâmica regional de acumulação.

Nessas condições, o processo de formação da subjetividade operária e sua identificação de classe passa a estar estruturado por um conjunto de determinações objetivas cuja diferenciação pelos subespaços regionais ganha uma significação decisiva para configurar a feição do conjunto.

Assim, o surgimento desta nova concepção de luta operária, no final dos anos 70, centra-se sobretudo em São Paulo, particularmente no ABC, pólo concentrador da indústria nacional mais dinâmica, e se irradia rapidamente pelas novas áreas de expansão do capitalismo industrial — a metalúrgica de Minas Gerais e a petroquímica da Bahia, entre outros. Os pólos mais antigos da economia nacional — as tradicionais indústrias da Grande São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul — servirão, é certo, de contraponto importante ao avanço desta concepção.

No restante deste texto, pretendemos privilegiar os dados provenientes da situação concreta de uma daquelas novas áreas de expansão — a do II^o Pólo Petroquímico do Brasil, situado em Camaçari, Bahia. Analisando-os, pretendemos discutir uma questão teórica de todo relevante para o entendimento da realidade brasileira atual: como ocorre, concretamente, o processo de formação dos interesses trabalhadores no Brasil pós-77? Ou seja, como, em espaços regionais concretos articulam-se determinantes tais como:

- (a) a mudança na estrutura produtiva e, portanto na estrutura de lugares econômicos que configuram as Classes (Przeworski, 1977), num contexto em que se rompem as últimas barreiras que configuravam as regiões como espaços autônomos da reprodução de frações específicas do capital;
- (b) a dinâmica de diversas conjunturas nacionais, em sua interface com as especificidades locais da luta de classes;
- (c) a institucionalização das relações industriais e seu nexos específico com modalidades locais de dominação burguesa e de gestão da força de trabalho;
- (d) os mecanismos culturais de dominação e subordinação imersos em realidades particulares que matizam e dão conteúdo concreto à experiência pretérita das classes, determinando a natureza e a qualidade dos recursos ideológicos que a classe trabalhadora aciona nas diversas situações de conflito.

II

A Bahia é seguramente um espaço significativo para o estudo das formas regionais através das quais se forjam os interesses da moderna classe operária no Brasil, irradiando-se nacionalmente aquela nova concepção de política sindical que marca a emergência política do movimento operário na segunda metade dos anos 70.

Isto porque a Bahia tem sido, nas três últimas décadas, um cenário privilegiado dos acelerados processos de transformação que em geral se deflagram nos sub-espaços atingidos por realinhamentos do crescimento capitalista que impactam sobre a divisão inter-regional e internacional do trabalho. Estes realinhamentos foram particularmente agudos entre 1950 e 1980, quando emergiu um novo padrão de articulação da economia nacional, fundado em bases crescentemente oligopolizadas.

De fato, no curto espaço de apenas três décadas, profundas modificações marcaram a organização da atividade econômica baiana. Assim, conforme Guimarães e Castro

1987a:2), altera-se de maneira significativa o quadro da participação relativa dos setores da atividades econômica na formação do produto bruto baiano. Num estado cuja renda era gerada majoritariamente pela produção agrícola, é notória a perda de importância da agropecuária na composição do produto: se em 1950 esta atividade responsabilizava-se por quase a metade do PIB, em 1980 sua contribuição resumiu-se a menos de 12%; isto significa cerca de apenas um terço do peso da atividade industrial, cujo notável crescimento no período faz quadruplicar o seu peso na composição do produto, aproximando-se, em 1980, de 40% do PIB.

Esta célere transformação indica uma nítida tendência à urbanização das atividades econômicas mais dinâmicas para a formação do produto, o qual, em 1980, passou a depender, em 88% dos casos, das atividades primordialmente metropolitanas da indústria de transformação e dos modernos serviços.

Esse realinhamento no peso relativo dos setores da atividade econômica é, sem dúvida, a expressão mais visível de todo um conjunto de alterações cuja raiz foi mais profunda. Assim, mais além da urbanização de economia e da sociedade, a Bahia viveu, nas últimas décadas, profundas transformações na organização do trabalho e, especificamente, na configuração da estrutura das classes sociais.

A mais significativa destas transformações diz respeito ao processo de constituição de relações de trabalho especificamente capitalistas exatamente naqueles segmentos onde repousa a dinâmica da acumulação industrial (Castro, 1985). Isto se, mostra absolutamente transparente na realidade local a partir da segunda metade dos anos 70, quando já se destaca o peso econômico e político de uma classe operária afeita a relações de trabalho especificamente capitalistas (Marx, 1975).

A ruptura das circularidades da reprodução de capital, em vigor a nível local, que definiam o espaço baiano como uma "região" (Oliveira, 1977), subordina direta e definitivamente a dinâmica da reprodução local aos padrões nacionalmente vigentes, pela porta da produção dos chamados bens intermediários, que alteram a estrutura da indústria baiana, em especial, e da economia e da sociedade urbanas, em geral.

Esta relação de subordinação da antiga "região", quando recuperada da perspectiva dos padrões de ocupação da força de trabalho, não parece se fazer na forma de um enclave, tal como pareceria ser possível considerar se apreendidos apenas aqueles efeitos diretos e imediatamente subseqüentes à implantação da Petrobrás da Bahia (Oliveira, 1987). Ao contrário, ela afeta as condições de produção e de reprodução tanto da população necessária quanto da população relativamente excedente.

Com isto, profundas alterações na estrutura do mercado de trabalho se fazem sentir. Em primeiro lugar, cresceu significativamente, entre 1950 e 1980, no Estado da Bahia, o peso do emprego assalariado, a ponto de que este se torna a relação de trabalho quantitativamente dominante em 1980 (Franco, 1984).

Em segundo lugar, a indústria baiana exprime, entre 1960 e 1980 principalmente, uma notável dinâmica que revela um crescimento médio do valor da produção na ordem de 2.068%, ao lado de acréscimo de 1.818% para os salários pagos e 163% para o emprego criado no conjunto da indústria (Castro, 1985).

Evidente que este incremento, expresso aqui por seus valores médios, está muito afetado pelo conjunto das chamadas "indústrias dinâmicas". Nelas o valor da produção industrial aumenta cinco vezes mais que nas tradicionais, num processo de intenso crescimento que as leva a deter, desde os anos 70, a maioria do pessoal ocupado na indústria (52% em 1975 e 56% em 1980). Apesar disso, é inquestionável que a assimetria entre a sua participação na geração do valor de produção e na quantidade dos postos de trabalho sugere a elevadíssima produtividade dessas indústrias dinâmicas, notadamente quando comparada ao restante do parque industrial, ou especialmente se cotejada com a produtividade prevalecte nas indústrias baianas antes dos anos 60. Estas considerações parecem confirmar a existência de dois padrões de crescimento na indústria local: o da *tradicional* — madeira, mobiliário, couros e peles, perfumaria, textil, calçados, bebidas, fumo — e o da *dinâmica* — metalúrgica, mecânica, material elétrico e de comunicação, minerais não-metálicos, química, fármacos, matéria plástica, material de transporte, papel e papelão.

Entretanto, parece certo que, mesmo para o parque industrial como um conjunto e para os gêneros tradicionais, em particular, elevou-se o nível de produtividade do trabalho industrial, o que indica estarem sendo alteradas as condições de consumo produtivo da força de trabalho, com nítidos impactos sobre a sua reprodução.

Ademais, é interessante destacar que a hegemonia indubitável do setor de produção dos chamados bens intermediários é um elemento importante a especificar a industrialização baiana em face da que ocorre no Nordeste. Maior beneficiária dos recursos carreados através da Finor e do 34/18 da Sudene (Azevedo, 1975), a industrialização da Região Metropolitana de Salvador parece ter tido, ademais, a capacidade de seguir historicamente na dianteira desse processo, de sorte que, em 1980, o valor da transformação industrial baiana representava nada menos que a metade do mesmo valor para toda a região Nordeste (Camarano, 1986:28).

Se é certo que Pernambuco, através da Região Metropolitana do Recife, rivalizava com a Bahia, como segundo pólo de atração dos recursos do FINOR, é bastante diferente a composição do setor industrial num e noutro Estado; enquanto em Pernambuco se concentram as indústrias de bens de consumo durável, a Bahia vai ter a preferência das empresas produtoras de bens intermediários e de capital (notadamente química, petroquímica, materiais não ferrosos e fertilizantes), tendo recebido nada menos que 42% dos investimentos regionais efetuados por produtores de bens intermediários e 36% das inversões em indústrias de bens de capital (Camarano, 1986: 29).

Esta especificidade produziu um padrão de relação igualmente específico entre indústria, comércio e serviços, que tem importantes efeitos sobre o emprego urbano no Estado. Assim, dados recentes indicam que 65% da produção do Centro Industrial de Aratu e 50% do Complexo Petroquímico de Camaçari destinam-se a outros Estados do Brasil, Tora da região Nordeste; paralelamente, 85% dos insumos usados na produção petroquímica e 48% nas indústrias do CIA provêm da Bahia (Bahia, SIC/DIC, 1983: 96-97).

Isto parece sugerir, é certo, que o destino geográfico da produção dos setores dinâmicos desloca parte ponderável dos seus efeitos para a estrutura industrial de bens finais do Centro-Sul. Contudo também indica que este mesmo deslocamento, bem como o peso dos insumos locais, devem impactar sobre a organização da circulação mercantil e mesmo sobre a organização dos chamados "*serviços de produção*", tal como se oferecem no interior da atividade econômica baiana.

De fato, conseqüente com estas considerações anteriores, uma terceira ordem de transformações parece se apreender do perfil do mercado de trabalho baiano: é a que se refere às atividades do comércio e dos serviços. No comércio é marcante o crescimento do atacado, o qual não apenas se intensifica, sensível que é à dinâmica atividade urbano-industrial, particularmente no que diz respeito ao comércio atacadista de produtos químicos, mas altera as condições de trabalho e de propriedade vigentes nos seus estabelecimentos, com um perceptível processo de concentração (Castro, 1985:19-20).

No que diz respeito aos serviços, passa a se mostrar dinâmica a atividade de reparação dos meios de produção, além de ser particularmente significativo o predomínio dos serviços de produção, concomitante ao decréscimo dos serviços pessoais.

Todo este conjunto de considerações revela como se expande e diferencia a complexa teia das relações entre as variadas formas de organização do trabalho, alterando-se significativamente o perfil do mercado de trabalho local a partir de uma nova dinâmica centrada essencialmente na constituição do assalariamento nos modernos segmentos da atividade econômica, centrais à acumulação industrial.

Mas, a formação desse ponderável contingente de assalariados urbano-industriais, vista até aqui pelo lado da sua constituição em estreita conexão com a mudança na estrutura produtiva carece ser apreendida no contexto mais amplo da dinâmica das relações *entre as classes sociais*, e no confronto entre seus distintos projetos históricos.

Nesse sentido, há que situar com mais exatidão as formas de expressão na cena política destes contingentes até aqui descritos por seu modo de inserção na estrutura

de lugares econômicos que configuram às classes. Para tanto, necessário se faz voltar a atenção para a natureza da dominação burguesa na Bahia, buscando encontrar-lhe as especificidades e, no embate entre forças sociais, recuperar uma outra dimensão daqueles até aqui descritos — a sua dimensão de ator político.

Estudos anteriores indicam ser impossível recompor o processo de formação da hegemonia burguesa na Bahia sem ter em conta que foi a sua fração bancária aquela que deteve a dianteira histórica da formulação de um projeto político de classe, nutrido num discurso para o conjunto da sociedade baiana (Guimarães, 1982 e 1987).

De fato, mesmo as atividades que hoje formam o alicerce da economia baiana — a exploração e refino do petróleo, a indústria de transformação e a petroquímica — são projetos de primeira hora do capital bancário.

Já nos anos quarenta, Clemente Mariani, então diretor-presidente do Banco da Bahia, defendia um projeto de desenvolvimento regional baseado na industrialização e exploração do petróleo. Era o esforço de exercitar uma liderança nitidamente burguesa, voltada para consolidar um projeto de desenvolvimento industrial. Buscava, para tanto, organizar a sociedade baiana sob a égide dos interesses financeiros da grande burguesia, sobrepondo a hegemonia destes face a outros interesses burgueses, como o dos fazendeiros, dos comerciantes e dos industriais tradicionais.

Guimarães (1982) demonstrou com farto material empírico que foi no exercício mesmo dessa hegemonia que a burguesia baiana se formou enquanto classe. Esta formação, que contém um movimento a um só tempo econômico e político, importou, todavia, em dois momentos onde a afirmação e aprofundamento no processo de construção da hegemonia levaram à delegação da representação de interesses: primeiramente, no plano regional, a burguesia baiana cede aos tecnocratas a direção intelectual do seu projeto de classe; para, em seguida, ceder aos militares, nacionalmente, e aos seus prepostos políticos, regionalmente, a direção do Estado.

Assim, os anos cinquenta vêem o projeto liberal, liderado pelo Banco da Bahia, ceder lugar a um projeto regional-desenvolvimentista liderado por um novo tipo de intelectual — o tecnocrata — através a CPE (Comissão de Planejamento Econômico), que abandona os valores liberais clássicos e calca seu discurso na eficácia do planejamento e da intervenção estatal na defesa dos "*interesses baianos*".

Desta sorte, quando um novo operariado começa a se formar no setor industrial da Bahia, concentrado na exploração e refino do petróleo, na metalurgia e, posteriormente, na petroquímica, encontra, ao longo destes seus primeiros anos de constituição como classe, os limites da sua ação reivindicatória e da formação de sua identidade social demarcados por uma ideologia desenvolvimentista *percebida sob uma perspectiva regionalista*. Guimarães (1987a: 64) propõe que se considere como sendo esta a diferença específica do movimento sindical baiano vis-a-vis o movimento sindical brasileiro, ele também desenvolvimentista e populista.

Já Oliveira (1987) chega mesmo a sugerir a impossibilidade (a ser comentada adiante) da constituição como classe deste moderno operariado da indústria do petróleo. A sua dificuldade em constituir uma identidade de classe adviria da impossibilidade de se reconhecer, por anteposição a um "*outro*", que consubstanciase interesses que lhe fossem antagônicos dado que, na sua peculiar situação de trabalho, a empresa a qual se assalariava tinha antes que ser defendida (num projeto nacional desenvolvimentista) que atacada, na luta por melhores condições salariais e de trabalho.

A emergência do golpe de Estado de 1964 altera essas condições político-institucionais, criando os requisitos para o aprofundamento do processo de acumulação sob a égide do grande capital monopolista.

No âmbito local, o caráter excludente do governo estadual livrou-o das pressões populares e de classe média, deixando que uma pequena oligarquia e o punhado de capitalistas que a ele tinham acesso pudessem exercer plenamente a representação dos ditos "*interesses baianos*". Em pouco mais que cinco anos modifica-se a face da Região Metropolitana de Salvador, de modo a criar-se a infra-estrutura capaz de abrigar o II Pólo Petroquímico brasileiro, num empreendimento que demonstra a capacidade de mobilização e de influência das classes dominantes locais (Pecchia, 1985);

organizadamente, elas souberam fazer confluir os seus interesses, os interesses nacionalistas da burguesia de Estado (Suarez, 1986) e os interesses das empresas multinacionais do ramo químico, estimuladas pela estratégia de expansão em regime de "joint-ventures". Pecchia (1985) reúne documentação onde é possível ver com clareza como a burguesia local formula seu projeto, mesmo num contexto onde os interesses econômicos implantados no I Pólo Petroquímico, em São Paulo, levam este último segmento burguês a abrir baterias, também organizadamente, contra o projeto da burguesia baiana.

Entretanto, se o avanço capitalista para o Nordeste homogeneiza o espaço regional numa lógica de reprodução monopolista, a forma particular pela qual procede este avanço capitalista na Bahia, sob a direção da produção química e petroquímica, deixou marcas locais de natureza específica *não somente na já referida estrutura do mercado de trabalho, mas notadamente na estruturação das classes*.

Pelo lado da burguesia local, é significativo recuperar o fato de que a confluência dos interesses das classes dominantes locais, da burguesia de estado e das multinacionais forma uma comunidade oligopolística capaz de gerenciar a indústria petroquímica brasileira, dada a influência que exerce sobre aparelhos estatais e empresas chaves, como são a Petroquisa e a Norquisa.

Além do mais, é nítida a liderança que os quadros originários da burguesia local tem exercido, notadamente junto aos postos de comando das suas organizações de classe como sindicatos patronais, a ABIQUIM — Associação Brasileira das Indústrias Químicas ou no COFIC — Conselho de Fomento a Indústria de Camaçari. Com isto torna-se mais fácil articular, a nível local, os interesses dessa burguesia da petroquímica com outros interesses burgueses do Estado (Guimarães, 1987a).

Pelo lado do novo proletariado industrial, que se expande principalmente neste ciclo de acumulação dos anos setenta, a repressão política desorganiza o movimento operário e sindical anteriormente existente, através de intervenções nos principais sindicatos que constituíam a vanguarda de classe, como sejam, os petroleiros, os bancários, os ferroviários e os portuários.

Institucionalizada a repressão política, silencia-se o movimento operário local. Entretanto, conforme assinalado por Guimarães (1987a), estava também destruído aquele que parecera ser o maior feito da burguesia: a sua hegemonia política e cultural sobre os trabalhadores, expressa através do projeto de desenvolvimento regional.

Mas a destruição da paz nos "chãos-de-fábrica" é também nutrida pelo fato de que nos novos investimentos — liderados por interesses privados ou por "joint-ventures" onde esses prevaleciam — já não era mais o Estado o exclusivo, e nem mesmo o principal, proprietário do capital, tal como acontecera até o alvorecer dos anos sessenta de maneira exemplar com a extração e refino do petróleo, ou com o transporte marítimo ou ferroviário.

Estudos recentes como os de Franco (1983), Pecchia (1985) e Guimarães (1986), fortalecem o argumento de que o novo empresariado, mesmo aquele que se cristaliza nas empresas do Estado, já não busca o consentimento dos trabalhadores através de uma gestão do capital que possibilite efeitos sociais (sobre o emprego, principalmente), mas ao contrário, passa a gerenciar o capital, mesmo público, sob estritos critérios de lucratividade privada, sem nenhuma preocupação com seus efeitos sociais (Guimarães, 1987a: 67).

Nesta nova conjuntura política, o movimento operário baiano ressurgirá tributário da nova experiência fabril e da modalidade particular de conflito, singular face a realidade local anterior, mas central na nova modalidade nacional de acumulação. Esse movimento tem nos trabalhadores concentrados no Pólo Petroquímico de Camaçari um dos eixos na mobilização de quatro grandes organizações sindicais locais — a dos químicos, a dos petroquímicos (artificialmente separados em dois sindicatos por manobra patronal), a dos têxteis (onde se representam os trabalhadores da moderna indústria químico-têxtil que ora se desenvolve) e a dos metalúrgicos (onde se representam, por uma outra manobra do patronato, os trabalhadores da manutenção petroquímica).

Mas, a re-estruturação das classes sociais, ocasionada pelo avanço capitalista recente, afeta não apenas o perfil da burguesia e do operariado locais.

A PETROBRÁS, primeiro, e o Complexo Petroquímico de Camaçari, em seguida, promovem uma significativa ampliação quantitativa e marcada redefinição qualitativa do mercado de trabalho para profissionais de alta qualificação técnico-científica, formadores da moderna classe média, voltada para as ocupações técnicas de comando e concepção. São engenheiros, técnicos em informática, químicos, psicólogos, administradores, entre outros.

Paralelamente, a notável expansão dos quadros da administração pública, dos serviços de produção, dos serviços pessoais empresarialmente organizados e do grande comércio, nutre este contingente com uma outra gama de especialistas em atividades de direção técnico-administrativa e técnico-científica. São médicos, economistas, administradores, psicólogos, entre outros profissionais liberais.

Monopolizadora de um mercado onde se exercitam talentos e habilidades, mercado de caráter nacional, seja por seu âmbito de recrutamento, seja por seus padrões de referência cultural, esta moderna classe média torna-se central na formação da opinião pública e na construção das ideologias dominantes.

Desta forma, burguesia, operariado e classe média, renovados em seu papel pelos novos segmentos emergentes nos anos 70, formam, sem dúvida, um novo caldo de cultura, no qual se estruturam os determinantes objetivos das novas formas de subjetividade e de identificação de classe.

Situados estes novos segmentos operários na dinâmica regional de sua emergência, o que dizer dos seus interesses? Isto é, até que ponto podemos considerar as representações destes novos agrupamentos como representações de classe? Ou, por outra, é possível construir-se uma identidade operária num espaço regional onde o avanço do moderno capitalismo se fez tão umbilicalmente vinculado a um "Estado-patrão", embebido num projeto populista, enraizado numa sociedade de massas onde a exclusão de muitos faria dos operários afluentes uma nova "aristocracia do trabalho"?

Penetrar nos meandros dessas perguntas significa alcançar o ponto nevrálgico da nossa reflexão. Inquirir não apenas como mudam a estrutura de lugares econômicos e a estrutura de dominação que, sob o efeito das diversas conjunturas políticas, criaram as condições de emergência para novos atores sociais mas inquirir as evidências empíricas em busca das subjetividades escondidas nas situações e nos agentes históricos e econômicos.

Em ensaio recentemente divulgado (1987), Francisco de Oliveira enfrenta estas questões para respondê-las negativamente. Para ele, esse moderno operário regional não chega a se tornar uma classe-para-si posto que nunca conseguiu ser uma "classe-para-outros". Isto é, não haveria lugar para uma identidade operária socialmente constituída e compartilhada quando falta à moderna classe operária "o Outro", o inimigo de classe no qual os trabalhadores se re-conheceriam. Faltaria, inclusive, por nunca ter existido anteriormente na Bahia uma sociedade de classes.

Assim, desde o começo da nossa formação, durante o escravismo, sendo o negro uma mercadoria, "o Senhor Branco precisou de um Não-Outro", não se reconhecendo, portanto, no escravo. Mais tarde, depois da Abolição, "como reconhecer um Outro nas figuras que viviam das sobras dos banquetes do Corredor da Vitória?" "No outro pólo, como reconhecer um inimigo, um Outro, nas figuras e nas casas onde se comem, nos que não cobram horários, nos que dão as vezes o próprio nome ou sobrenome para os pretos e serviçais?" (Oliveira, 1987:36).

A base para a construção dessa não-identidade de classe que, segundo Oliveira, prepara o discurso da "baianidade", está "numa economia que produz um excedente e não o reiveste produtivamente, porque o circuito da acumulação de capital foi curto-circuitado pela emergência da produção semi-camponesa, controlada pela aliança do capital mercantil do tabaco e do algodão e do capital bancário de Salvador" (ibidem, p. 30).

Essa situação de estagnação reverte-se a partir dos anos cinquenta deste século com a implantação no Recôncavo da indústria do petróleo. Consolida-se em seguida, nos anos sessenta e setenta, um novo parque industrial com os investimentos maciços nas áreas de metalurgia, siderurgia, química e petroquímica, patrocinados por recursos federais, através da Sudene. Para Oliveira, no entanto, o desenvolvimento deste capitalismo periférico não foi suficiente para "romper os cânones anteriores", e ele apresenta pelo menos seis razões para o fato de que não se tenha constituído modernamente uma identidade de classe.

A primeira dessas razões se apoia na tese da formação de uma "aristocracia operária". Oliveira argumenta que os trabalhadores da indústria de petróleo recebiam salários muito acima dos demais trabalhadores regionais e isso resultou na ausência de uma consciência operária entre eles.

A segunda razão encontra-se no discurso nacionalista que encobre as relações entre a Petrobrás e o seu operariado. No dizer de Oliveira: "Durante toda a vigência do período populista, os trabalhadores das estatais, e principalmente os da Petrobrás, jamais farão greves contra a empresa: quando entram em greve é para defender as conquistas nacionais e, sobretudo, a Petrobrás mesma contra o imperialismo" (ibidem, p. 67).

A terceira razão apresentada é o caráter estatal e planejado dos investimentos de capital na Bahia e o conseqüente discurso regionalista que os encobre: "As empresas novas não estão vindo para explorar a força de trabalho, mas para ajudar o Nordeste". Este discurso, aliado ao discurso nacionalista, teria por efeito mascarar os conflitos de classe.

A quarta razão apontada reside no caráter mesmo da nova burguesia regional. Por um lado, tratam-se de empresas estatais onde o capital não tem proprietário aparente; por outro lado, são filiais de empresas estrangeiras, sulistas, ou são *joint-ventures* de capitais diversos "cujos proprietários... residem fora da Bahia, são uma espécie de burguesias sem burgueses à sua frente". Em ambos os casos, portanto, faltaria a moderna classe operária e seu inimigo de classe, o Outro no qual se reconheceria.

A quinta razão reside no fato de que "a objetividade da situação econômica e social de Salvador, como da Bahia e do Nordeste, torna real a não oposição de interesses: no imenso mar de desemprego, a abundante oferta de emprego que as novas atividades criam dilui o conflito" (ibidem, p. 76).

Finalmente, uma última razão é apresentada: o espaço regional transformou-se numa sociedade de massas. Nesse tipo de sociedade produz-se classe sem identidade de classe, posto que "o proletariado nunca se completa" face a enormidade de seu exército industrial de reserva, posto que "as classes médias explodem na estrutura social" criando para si mesmas e para os outros a ilusão da super-representação, e posto que as próprias burguesias já não existem para si e para os outros senão pela intermediação do Estado.

A conclusão de Oliveira é, portanto, de que as classes não se formaram na Bahia antiga porque foi fraco ali o desenvolvimento capitalista e não se formam atualmente porque com a sociedade de massas desapareceram "os sujeitos históricos clássicos". Em seu lugar, e impedindo a constituição da identidade de classe, foi construído durante anos o discurso da "baianidade".

Sem pretendermos exaurir criticamente as teses de Oliveira, algumas observações merecem ser feitas a cada uma das razões por ele apresentadas. De longe, o argumento mais complexo é o de que os trabalhadores baianos da indústria de ponta formam uma "aristocracia operária". A complexidade reside, antes de mais nada, na imprecisão das diversas sugestões contidas no termo. Usado inicialmente por Engels (1958) e por Lenin (Hobsbawn, 1970) para referir-se ao "desvio" economicista e corporativista dos trabalhadores ingleses, o termo foi incorporado à moderna historiografia por Hobsbawn (1968), Moorhouse (1978), Gray (1976) e outros para referir-se tanto a um estrato economicamente privilegiado da classe trabalhadora quanto para explicar o padrão de formação, conflito e consciência de classe na Inglaterra vitoriana.

Originalmente, o conceito está associado a uma teoria de formação de classe que deriva o comportamento e o pensamento político dos trabalhadores das condições "objetivas" da acumulação de capital. Neste contexto, o conceito é usado para explicar um resultado teoricamente não esperado — o compromisso de classe — através do argumento de que os altos salários pagos na Inglaterra "corromperam" ou "arrefeceram o ânimo revolucionário" desses trabalhadores. Em Lenin, inclusive, o argumento se desdobra numa conexão causal entre os altos salários e a posição imperialista da Inglaterra. Apesar das inúmeras qualificações posteriores, um sobretudo nitidamente determinista e maniqueísta permanece associado ao conceito. De fato, no que pese os refinamentos que os estudos sobre o processo de trabalho, sobre as formas de gestão do trabalho, e sobre a estruturação do mercado de trabalho introduziram na teoria, ela continua privilegiando em demasia os condicionantes tecnológicos e econômicos das atitudes e da consciência operária, em detrimento dos seus condicionantes políticos, ideológicos e culturais*.

No caso brasileiro, o exemplo dos trabalhadores do ABC paulista nos anos 70 e 80 parece salientar justamente a importância explicativa da conjuntura política e da percepção da situação operária pelos próprios trabalhadores em detrimento dos privilégios econômicos e do tipo de setor da economia em que são empregados. No caso baiano, os altos salários pagos pela Petrobrás e pelas empresas do Pólo não encontraram historicamente uma mesma correspondência em termos das atitudes política e sindical de seus trabalhadores. Ao contrário, enquanto o sindicalismo petroleiro dos anos sessenta foi nitidamente informado pelo compromisso regionalista, tendo um padrão de mobilização marcado por bandeiras políticas gerais como a co-gestão, a defesa dos interesses nacionais e do desenvolvimento regional, o sindicalismo petroquímico voltou-se desde o início para a defesa de reivindicações de caráter eminentemente fabril e operário (Guimarães, 1987b; Lopes, 1987), no que pese o fato de ambos contarem, na sua liderança, com a mesma base partidária do PCB.

Neste caso, obviamente, não estamos tratando com as mesmas condições políticas ou com as mesmas instituições fabris embora as condições de privilegiamento econômico dos trabalhadores sejam as mesmas. Entre os trabalhadores do petróleo dos anos sessenta, os altos salários e as boas condições de trabalho eram garantidos através da mobilização e da organização operárias que se expandiam, dada a ideologia do movimento e a conjuntura nacional, por uma luta constante por maior espaço político na direção da empresa e na definição de suas diretrizes de investimento. Entre os trabalhadores do Pólo dos nossos dias os altos salários são uma "recompensa" por condições de trabalho percebidas como precárias e "dilatantes" da força de trabalho. Se acrescentarmos a essa percepção, a ideologia prevaiente no movimento sindical brasileiro e a natureza "privada" do capital petroquímico, não teremos muita dificuldade em entender o caráter anti-patronal e anti-estatal desse sindicalismo.

Essas últimas observações nos remetem a dois outros argumentos de Oliveira — o de que o discurso nacionalista da Petrobrás e o caráter estatal e planejado dos investimentos no Nordeste teriam por efeito encobrir as relações de exploração e mascarar os conflitos de classe.

De fato, a combatividade dos petroleiros, nos anos sessenta, não era informada por uma consciência da situação de exploração da classe trabalhadora, mas por uma consciência do que seriam seus interesses nacionais e regionais. Esse fato ensejou, realmente, que tal segmento da classe trabalhadora baiana, mais bem aquinhoado em termos organizativos e financeiros, deixasse de articular em torno de si os interesses mais imediatos e mais contundentes de classe (expressos nos agravos advindos da situação operária) em favor de um compromisso político que deixava inquestionadas as bases da acumulação capitalista.

* Ver a esse respeito a resenha de Jelin e Torres (1982) sobre a tese da aristocracia operária na América Latina.

Hoje parece claro que tal postura política' devia-se mais a compreensão teórico-ideológica que suas lideranças tinham do momento histórico em que viviam do que ao caráter estatal da empresa ou aos privilégios econômicos que esses trabalhadores desfrutavam. De qualquer modo, o tipo de gestão da força de trabalho usada pela estatal do petróleo deve ter tido, como certamente ainda tem, uma influência importante na conformação desta postura. Infelizmente, contudo, dada a precariedade de nosso conhecimento empírico, é difícil avaliar com clareza o peso deste fator.

O que parece claro é que o ocaso da ideologia regional-desenvolvimentista entre os trabalhadores em geral, e do petróleo, em particular, não se deveu nem a uma diminuição da intervenção estatal na produção industrial nem a uma mudança do discurso auto-justificatório das suas burocracias. Ao contrário, tal ocaso está certamente ligado às mudanças drásticas ocorridas nas práticas de gestão do trabalho empregadas pelas estatais e na transformação das instituições que regulam as relações industriais no Brasil. Tais transformações, compreendidas no âmbito da política e das conjunturas históricas, abriram a possibilidade para o surgimento de uma vanguarda de trabalhadores, economicamente privilegiada, a qual, ao contrário da "aristocracia do trabalho" inglesa, buscou nos agravos fabris e na massa de trabalhadores sem estatuto os motivos e os prosélitos de um projeto socialista. Os trabalhadores petroquímicos de Camaçari estão mais próximos dessa postura que da postura dos petroleiros dos anos sessenta, a qual, por seu turno, nada tem em comum, em seu conteúdo, com a postura dos trabalhadores vitorianos. A semelhança, no caso, reduz-se à forma, pois trata-se, em ambos os casos, de situações de compromisso de classe.

O quarto argumento de Oliveira — a ausência de uma burguesia local, real, que se contraponha aos trabalhadores — é estranho pois significa, a rigor, supor que a luta de classes só é possível na época do capitalismo concorrencial, quando o capital era personificado pela figura do patrão. Ora, todo o movimento operário moderno, no mundo ocidental, tem se dado sob regime "fordista" e "neo-fordista," onde o capital e o trabalho são gerenciados por executivos e técnicos assalariados. Nessas situações, a figura do patrão cedeu lugar a "empresa" e à "companhia" que trata seus trabalhadores como "colaboradores" ou "funcionários". A eficiência de tais regimes de fábrica em integram a classe trabalhadora não reside, contudo, em si mesmos. Guimarães (1987b), por exemplo, analisa como os descontentamentos surgidos no "chão-de-fábrica" de uma indústria petroquímica estatal são capazes de, em certas conjunturas, articularem-se com a crise econômica e a crise de liderança política, transformando uma gestão pretensamente "hegemônica" na "melhor concha possível" para o desenvolvimento da consciência de classe.

Em outra versão do mesmo argumento, Oliveira diz que a sociedade regional transformou-se, diante da abundância dos desempregados permanentes, diante da "super-representação" das classes médias e diante da ausência de burgueses reais, numa sociedade de massas onde a classe trabalhadora não encontra os elementos de sua identidade. Tal argumento, entretanto, mistura pelo menos três questões importantes que deveriam ser tratadas separadamente; são elas: a relação entre os trabalhadores de estatuto, sem estatuto e os desempregados permanentes; a ideologia e a natureza' das classes médias; e o caráter da ideologia dominante nessa "sociedade de massas" (denominada por Oliveira como o "discurso da baianidade").

A primeira questão foi tratada por Castro (1983) tomando como referência dois outros espaços regionais periféricos, as cidades de Brasília e de Recife. Em ambas as cidades a autora foi capaz de demonstrar que a organização dos trabalhadores sem estatuto e dos desempregados se forja em bases comunais e se politiza a depender da conjuntura política, chegando mesmo a criar articulações duradouras com o movimento operário organizado. Embora, obviamente, faça falta um estudo mais específico para a Bahia sobre a relação entre os trabalhadores e sua "reserva", não há porque deduzir a *priori* uma relação unívoca que dependa do tamanho dessa "reserva". O que sabemos de concreto é que a relação entre "trabalhadores de estatuto" e "trabalhadores de empreiteira" tem sido uma preocupação constante do movimento sindical petroquímico. Essa preocupação se reflete tanto nas pautas de negociação como nas

teses programáticas de ação sindical, e resulta tanto de uma estratégia ofensiva de luta política como de uma tentativa de neutralizar o risco que representa a sub-contratação para a estabilização de um grande número de trabalhadores petroquímicos.

A segunda questão poderia ser igualmente tratada sob novos ângulos de análise. Isto porque a "explosão das classes médias na estrutura social" não parece se fazer necessariamente de modo tão "alienado" e sem identidade, como sugere Oliveira. Ao contrário, o desenvolvimento capitalista entre nós, ao transformar continuamente, desde os anos quarenta, as condições de vida e de reprodução dos estratos médios—pequenos comerciantes, pequenos fazendeiros, profissionais liberais etc. — tem deslocado um número muito grande de famílias dessas posições intermediárias. Tal deslocamento, muitas vezes para baixo, i.e., para as camadas trabalhadoras, não deixa de se refletir na formação de gerações contínuas de "intelectuais", boa parte dos quais, através da constante reinterpretação das teorias e das práticas socialistas, tem se transformado em quadros e lideranças de partidos, sindicatos e associações profissionais e de bairro. Mais que isto, a própria extração "média" dos novos trabalhadores-técnicos (operadores, analistas, instrumentistas etc.) faz com que o movimento sindical adquira um referencial de aspirações quanto a salários, condições de trabalho e relações de autoridade bastante mais exigente que no passado.

Resta-nos, afinal, o discurso da baianidade, suposto freio para o discurso de classe. Mas não há como tratar a baianidade desvinculada do racismo e da identidade negra, posto que a primeira procura interpretar, de modo elitista e conservador, o mesmo substrato social refletido pela negritude baiana. Sendo assim, que relação pode-se fazer na Bahia — e especificamente em Salvador — entre etnia e classe?

As primeiras classes sociais brasileiras foram, certamente escravos e senhores. A historiografia moderna, principalmente os estudos sobre as rebeliões escravas (Reis, 1986), mostra que o conjunto das etnias africanas submetidas às relações de escravidão superaram, em parte, as suas diferenças culturais e o próprio modo diferenciado de inserção na ordem escravagista através da construção de uma identidade étnico-religiosa.

Esses estudos têm o mérito de demonstrar que as revoltas e rebeliões antes consideradas movimentos de fanáticos religiosos ou de minorias étnicas, como a revolta dos Malês, foram sobretudo revoltas de *escravos* que, embora apoiados por uma identidade étnica, *encontraram no discurso religioso um instrumento de crítica social e um projeto mais abrangente de emancipação econômica e política.*

E foi justamente na Bahia onde o processo de formação da identidade negra mais avançou e deixou uma herança mais persistente. Ali, mais que em qualquer outra parte do Brasil, os negros encontraram sua identidade de oprimidos e de explorados através de um tipo de sensibilidade religiosa que, passada a escravidão, continuou a moldar a subjetividade popular. O substrato da "baianidade", portanto, é marcado pela cor preta e pelos credos de matriz africana, cujo travo de revolta e de desobediência não pode ser facilmente descartado.

Na verdade, historicamente, o candomblé flutuou entre a revolta e acomodação, da mesma forma que a política dos poderosos em relação à religião afro flutuou entre a repressão e a concessão. Uma zona de indefinição caracteriza exatamente o que se convencionou chamar de *resistência*. O candomblé sempre foi um elemento privilegiado de resistência: ele se associou a revoltas escravas e criou, os mais eficazes mecanismos de negociação entre os negros pobres e os brancos, ricos e remediados*.

A tradição de estudos antropológicos sobre o tema destaca a inteligência política do candomblé em "adotar" os filhos da classe média como estratégia para neutralizar a intolerância religiosa contra os negros (Costa Lima, 1977; Bastide, 1971). Assim, em vez de haver "descoberto" o candomblé, transformando-o de resistência cultural em seu contrário, o mais correto seria dizer que a classe média foi, de fato, cooptada por ele.

* Esse parágrafo, assim como os seis seguintes, foram escritos em co-autoria com João José Reis, a quem agradecemos.

Um outro momento exemplar da emergência da "baianidade", erroneamente considerado como neutralizador do reconhecimento das classes, é o carnaval. Neste "teatro" baiano os negros parecem se firmar cada vez mais definitivamente de modo insubordinado, exercendo sua imaginação para re-elaborar os seus símbolos de identidade e de contraposição às formas de opressão econômica e cultural a que estão sujeitos (Risério, 1981). O carnaval de rua está, hoje, mais próximo de um ritual dos conflitos e das diferenças sociais que de um ritual de inversão. E isso é um elemento claramente entendido e politicamente elaborado na linguagem carnavalesca dos negros baianos, inscrito na prática e na simbologia dos afoxés e dos blocos afros, inclusive nas suas músicas.

"Enquanto as antigas músicas baianas cantaram a beleza da mulata e das praias as novas músicas dos afoxés honram a beleza negra, a liberdade do "negão" e mapeiam em música, numa reapropriação simbólica, os bairros "negros" como o antigo Pelourinho (praça onde castigaram os escravos rebeldes)..." (Agier, 1987:25).

E que dizer da violência do carnaval? Neste aspecto, aliás, desmorona-se completamente a dimensão pacífica da "baianidade". De tal modo a agressividade popular é exercida num sentido étnico-classista que o carnaval da Bahia aparece não apenas como fascínio, mas como temeridade para o "Outro", seja da terra ou de fora. Tão desagradável é a negritude mal comportada dos "negões" e "neguinhas" que os dominantes e os "super-representados" procuram espaços "mais brancos" na própria Salvador ou fora dela, cada vez com mais intensidade, a ponto do carnaval de bairros ter sido ultimamente reativado.

A negritude tem também a sua vertente escancaradamente política através dos movimentos negros como o "Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial", auto-situando-se, por seu discurso, na simbologia da exclusão social, "confirmando assim a representação da questão da cor através da questão social, mas também participando, do mesmo modo, de uma definição em termos raciais das diferenças sociais" (Agier, 1987:26).

No contexto das classes sociais em formação, a nova classe operária está, como bem destacou Agier, na linha de cruzamento entre a exclusão e a ascensão social, entre a identidade negra e o branqueamento. Por um lado, as suas novas condições de vida situam-na na rota da ascensão, o que etnicamente pode equivaler a um branqueamento (note-se, nesse sentido, que um dos bairros de maior concentração de trabalhadores petroquímicos é a Liberdade, espaço privilegiado de cultivo e de expressão da negritude baiana). Mas, por outro lado, "o sistema de relações sociais no qual eles (os modernos operários) se acham, assim como a trajetória que percorrem até chegar ao Pólo e o seu status nas relações de trabalho, os trazem de volta à base da hierarquia social" (Agier, 1987:23).

Parece então adequado acreditar que dificilmente se poderia restringir as condições de reconhecimento do "inimigo social", como denomina Oliveira, as condições materiais e econômicas da produção. Fazê-lo importa em simplificar ilegitimamente o que seriam as condições objetivas do processo de formação das classes, abdicando do entendimento das diferenças culturais, políticas e ideológicas que particularizam sempre os espaços regionais. Mais ainda, desqualificando a objetividade das práticas ideológicas e políticas para a formação dos interesses de classe e, ao fazê-lo, perdendo a oportunidade de problematizar esses mesmos interesses.

Ou seja, se as classes são sujeitos históricos, por que insistir em conceber "a-prioristicamente" os seus interesses ao invés de procurar entender a constituição histórica dos mesmos? Por que insistir em pensar como "desvio" os compromissos e as alianças de classes? Por que conceber como "classe-em-si, portanto sem consequências políticas positivas, os sujeitos das práticas populares que expressam a situação de opressão e de exploração através de outras identidades sociais?

Faz-se necessário, então, repensar o estatuto das classes para que a sua teoria tampouco possa se transformar num truísmo vulgar, que define *a priori* todos os conflitos sociais como lutas de classe, e se torne, assim, uma afirmação não verificável de que as lutas de classe — sempre, em qualquer conjuntura — são o motor da história.

Antes, conviria pensar as classes segundo a estratégia metodológica de Przeworski (1977) que afirma a formação de classe como o resultado de lutas sociais que definem uma certa trajetória histórica. Para dar eficácia a tal metodologia, é preciso, antes de mais nada, retomar a Gramsci para problematizar dois campos fenomenológicos fundamentais: o processo de construção de hegemonia (tanto de uma classe sobre outras, como de uma facção de classe sobre outras) e o processo de constituição dos interesses sociais de classe.

As classes são relações e as classes podem ser também sujeitos históricos dotados de interesses e de vontade. Mas os interesses não são dados apenas pelas relações sociais de produção. E mesmo quando referidas à produção, as relações expressam interesses formados não somente na descoberta da contradição, mas também na experiência das diferenças que permitem compromissos.

No limite, o que define as relações de produção é a institucionalização de certas regras de relacionamento entre as classes, as quais não podem ser reproduzidas de modo automático. A sua reprodução, como a sua transformação, passam pelo conflito. Para ser óbvio: nem a reprodução das relações de produção é garantida no ato da compra e venda da força de trabalho, nem os trabalhadores se obrigam necessariamente e exclusivamente a desenvolver interesses na superação dessas relações.

Metodologicamente, portanto, o que a teoria das classes permite é uma análise histórica de como os interesses das classes se constituem, formando identidades e subjetividades que definem certas formas de cooperação e de antagonismo.

IV

Retomemos agora, conclusivamente, alguns elementos de conteúdo que foram assinalados nas partes anteriores do texto.

Vimos que, para negar a configuração de interesses de classe, Oliveira apresenta o processo de desenvolvimento econômico por que passa a Bahia, na segunda metade deste século, como sendo um processo sem sujeitos locais, fruto da lógica abstrata do capital, conduzido por um Estado feiticisado ou por burguesias sem burgueses. Vimos, entretanto, também, que Guimarães (1982), ao estudar a formação da hegemonia burguesa na Bahia, conta uma história diferente.

De fato, as classes dominantes baianas, depois de quebradas financeiramente pela crise dos anos 20 e politicamente derrotadas pela Revolução de 30, se rearticulam, nos anos 40, em torno de uma liderança nitidamente burguesa que foi capaz de construir e exercer uma hegemonia política e cultural sobre o conjunto da sociedade local. Isto se expressa no projeto de desenvolvimento regional forjado por essa burguesia bancária, que encontrou em Clemente Mariani seu intelectual mais notável, e nos desdobramentos deste projeto na Comissão de Planejamento Econômico do Governo do Estado (CPE), liderada por Rômulo de Almeida.

Ao omiti-los, elude-se a principal condição política que permite a posterior associação desses capitais bancários com o capital internacional e o capital estatal, assim como, e principalmente, elude-se as condições ideológicas concretas em que emergiu o operariado da Petrobrás e, posteriormente, do Pólo Petroquímico.

É verdade que o operariado da Petrobrás não via na empresa um "inimigo". Isso, contudo, deveu-se a eficácia de uma gestão de pessoal burocrático-paternalista que transformava cada empregado num colaborador ativo e, principalmente, ao exercício de uma hegemonia burguesa cuja liderança política e cultural, mais que o simples discurso nacionalista, transformava as inversões da Petrobrás na Bahia em "interesses baianos".

A sugestão de acomodação política, que emana da tese da "aristocracia operária" reavivada por Oliveira, não encontra sustentação no ativismo político de uma categoria que efetivamente liderou, junto com os bancários, os ferroviários e os portuários, as lutas operárias na Bahia daquele período. Quanto à ideologia desses operários, frise-se igualmente que o seu "nacionalismo" ganhou tintas locais muito vivas. De fato, a preocupação das lideranças nacionais dos petroleiros, centrada no Rio de Janeiro, era justamente o "regionalismo" de seus companheiros baianos, que faziam greves para forçar a transferência da sede da empresa para Salvador e centravam suas lutas no sentido de serem representados na direção da empresa por colegas, por engenheiros e por políticos baianos.

O equívoco talvez consista em tomar-se por "falsa representação", determinada pela ausência do Outro, negando o seu caráter de classe, a representação de interesses que atestavam justamente a presença hegemônica deste Outro.

Assim, apesar de permanecerem em cena aqueles fatores apontados por Oliveira (diferencial de salários, nacionalismo e investimento estatal), uma vez modificadas condições objetivas como a antiga hegemonia burguesa e a forma de gestão da força de trabalho, uma vez rompido o enclave petroleiro e constituídas novas camadas burguesas, modifica-se radicalmente a natureza dos interesses operários na Bahia. Ignorar estes aspectos tem como grave consequência analisar os novos trabalhadores na petroquímica com os mesmos parâmetros empregados para os trabalhadores da Petrobrás pré-64.

E, no entanto, o golpe de estado de 1964 foi, também no espaço regional, e por razões específicas, um claro divisor de águas. A partir dele se constituíram novas condições objetivas que estruturaram uma nova subjetividade operária. Para isso quatro processos foram fundamentais.

Primeiro, o golpe significou a substituição da hegemonia política e cultural da burguesia, da qual o regionalismo dos petroleiros foi uma expressão, por um controle oligárquico do Estado que prescindiu de sustentação operária para viabilizar a industrialização regional.

Segundo, a oligarquia no poder conseguiu efetivamente, através de recursos federais e de alianças com a tecno-burocracia estatal e o empresariado nacional e estrangeiro, deslocar o eixo da economia baiana para centrá-lo sobre a petroquímica. Os feitos deste deslocamento sobre o conjunto da economia — principalmente sobre a circulação mercantil e monetária, sobre os serviços industriais e sobre outros segmentos da indústria — descaracterizaram o que parecia ser anteriormente um "enclave petroleiro".

Terceiro, os dois processos descritos acima foram vivenciados nas modernas fábricas que se instalaram na região através de formas de gestão da força de trabalho mais autoritárias e mais racionalistas a um só tempo. Tal como observado por Humphrey para a indústria automobilística, a ênfase desses regimes fabris consiste na concessão de benefícios indiretos e salários superiores a média de mercado, de modo a estimular e compensar o trabalhador pela rigidez disciplinar, pela alta qualificação e pela intensificação do trabalho exigidos. No caso particular da petroquímica, acrescentem-se a esses os riscos de vida e a poluição tóxica que estão envolvidos. Desaparece, portanto, qualquer possibilidade de, a partir das fábricas, se reconstruir a solidariedade entre os interesses operários e os interesses burgueses mais gerais.

Quarto, a industrialização recente alterou a estrutura regional de classes de modo substancial e, como já indicado, permitiu a emergência de uma burguesia petroquímica, bem distante da burguesia de *entrepreneurs*, que seria melhor tratada, talvez, como uma comunidade de interesses oligopolíticos.

O processo de formação da nova burguesia industrial baiana e da comunidade de interesses em torno do Pólo é estudado por Peter Evans (1982) como um processo de "reivenção de burguesias locais" a partir da ação do Estado, estando bem documentado por Marcus Alban Suarez (1986), que estuda o nexos entre a tecno-burocracia estatal e a indústria petroquímica. Longe de ser uma burguesia sem burgueses, são os seus quadros locais extremamente ativos na liderança dessa comunidade oligopolítica tripartite composta de empresários locais, estrangeiros e tecno-burocratas.

Essa nova burguesia tem faces bastante conhecidas e é portadora de um novo projeto de hegemonia cultural bastante visível hoje na sociedade baiana. Um projeto que se expressa na fundação de novos institutos de estudos econômicos e sociais e um vigoroso *mecenismo* artístico e cultural. Esta burguesia, entretanto, no plano da gestão do trabalho por ela comandado não tem sido capaz de conformar os interesses operários, como fez no passado. As razões para isso residem num conjunto de condições objetivas e subjetivas que apenas começam a ser explicitadas. Entre essas destacam-se: (a) a manutenção da antiga estrutura corporativista de relações industriais num contexto que anulou as funções "integrativas" dos sindicatos, forçando-os assim a voltarem-se para as bases (Guimarães, 1985); (b) a posição oligopólica e a alta composição orgânica do capital dessas indústrias que permitem o pagamento de salários acima do nível de subsistência de seus trabalhadores; (c) a natureza do processo produtivo que exige, em grande parte, uma força de trabalho de escolaridade média, com alguma formação técnico-científica e um relativo controle sobre o processo de trabalho; (d) a concentração física das plantas e a conseqüente unidade de representação sindical; (e) a manutenção de formas autoritárias de gestão do trabalho num contexto de crise do autoritarismo de Estado; (f) a extração social nas camadas médias de grande número de trabalhadores e sua experiência no movimento estudantil, que potenciou os recursos organizacionais e ideológicos disponíveis; (g) o relativo comando dessa força de trabalho sobre seus meios de subsistência, uma vez que, dada a sua origem social e o seu nível salarial, é sempre possível contar com alguma reserva de recursos no caso de desemprego.

O núcleo desse processo de formação de classe, entre os petroquímicos, foi constituído precisamente pelos operadores de processo (Guimarães, 1986; 1987a; 1987b). Isso ocorreu por vários motivos, muitos dos quais ainda não foram suficientemente elucidados. Em primeiro lugar, os operadores de processo são um segmento chave na produção petroquímica e estão sujeitos a condições de trabalho bastante insatisfatórias, entre as quais se destacam o estrangulamento de carreira e o trabalho de turno; em segundo lugar, eles têm maior capacidade de mobilizar recursos ideológicos e organizacionais; em terceiro lugar, a extração social desses trabalhadores situa-se num espectro que abrange famílias de pequenos comerciantes e pequenos fazendeiros do interior, assim como famílias de profissionais empobrecidos. Essa extração, aliada a salários relativamente altos que possibilitam alguma poupança, proporciona uma situação em que a compulsão ao trabalho na petroquímica não é total, dado o possível acesso a fontes alternativas de renda, e se traduz no surgimento de lideranças que efetivamente se autonomizam diante da estrita disciplina fabril.

Estamos muito longe, assim, dos anos 60, quando o perfil do operariado industrial de Salvador era marcado sobretudo pelos trabalhadores de pequenas e médias empresas. Naquela época, autores como Lancsó (1970) e Carvalho (1971) sentiam-se confortáveis em excluir os petroleiros de seu estudo dado a sua atipicidade e, estudando as atitudes operárias face à chamada sociedade industrial, puderam concluir que:

- "a) uma frágil classe operária, quantitativamente pouco significava, diluiu-se na massa da produção.*
- b) as relações industriais e as de classe são obscurecidas pela coexistência com o personalismo e as relações primárias do pequeno grupo, ou com o paternalismo patronal.*
- c) a dispersão industrial e a debilidade da mão-de-obra assalariada fabril ocasionaram a sua exposição a fatores e influências de ordem mais local.*

E compreensível que estes fatores influam na formação das atitudes operárias, (...) acentuando a ausência de condição para que determinadas idéias, valores e componentes possam constituir-se como especificamente operários, a partir de uma autodefinição como uma categoria particularizada de produtores, com uma situação específica frente ao sistema social global "(Carvalho, 1971; 36-37).

As bases subjetivas daquele antigo movimento operário parecem estar sendo definitivamente sepultadas. Tampouco se poderia considerar que a Bahia expressasse na emergência de seu novo sindicalismo, apesar de nordestina, aqueles traços que Soares (1985) generaliza, a partir do estudo de Pernambuco, como característicos do Nordeste operário. No capitalismo, tal como se desenvolve hoje nas indústrias de ponta da Bahia, não falta, modernidade às relações capital-trabalho no que se refere aos mecanismos de sujeição da força de trabalho. Mesmo que prevaleçam fortes facções oligárquicas, as classes dominantes locais e o empresariado petroquímico em sua triplíce aliança têm outros elementos, além da tradição de mando clientelístico, sobre os quais pautar sua conduta política.

Ademais, hoje não prevalecem mais; nas circunstâncias de uma crise econômica, política e ideológica, as condições que permitiram no passado que compromissos e negociações em torno de salários se transformassem em compromissos políticos e ideológicos, isto é, em compromissos de classe.

Por último, cabe frisar que, se o desenvolvimento capitalista é desigual e excludente, criando abruptas diferenças entre regiões e segmentos, a busca da especificidade regional da formação das classes, e da classe trabalhadora em particular, tendo-se recusado um conhecimento *a priori*, não deve se reduzir apenas a afirmar a singularidade do particular. Deve, antes, indicar como os determinantes gerais que afetam o movimento de toda a formação social ganham concreção através de fatores que possibilitam e condicionam as expressões regionais.

BIBLIOGRAFIA

- AGIER, Michel, 1987 — "Industrialização e mudanças nas relações sociais e raciais na Bahia — Reflexões e hipóteses de trabalho", trabalho apresentado ao XI Encontro Anual da ANPOCS, GT "Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais", São Paulo, 1987, 30 pp. ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de, 1978. "Desarrollo capitalista Y acción sindical", *Revista Mexicana de Sociología*, abril/junho, vol XL, nº 2. pp. 467-92.
- AZEVEDO, José Sérgio Gabrielle, 1975. *Industrialização 9 incentivos fiscais n° Bahia*: uma tentativa de interpretação histórica, dissertação de Mestrado em Economia. UFBA. BAHIA, SIC — Secretaria da Indústria e Comércio; DIC — Departamento de Indústria e Comércio, 1983.
- A indústria, no Estado da Bahia*, Salvador, 336 pp.
- BAHIA, Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social, *Mão-de-obra industrial na Bahia*, Salvador, vol. 1.
- BASTIDE, Roger, 1971. *As Religiões Africanas no Brasil*, São Paulo, Pioneira.
- CAMARANO, Ana Amélia, 1986. "Migração e Estrutura Produtiva: o caso das regiões Metropolitanas nordestinas", In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 3, nº 2, jul/dez, pp. 23-46. CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de, 1971. *Operários e Sociedade Industrial na Bahia*, Salvador, Universidade Federal da Bahia, Coleção Estudos Baianos, nº 4, 1971, 103 pp. CASTRO, Nády Araujo, 1983. *Ejercito de Reserva: Su Especificidad y Comportamiento Político en el Desarrollo del Capitalismo en Brasil*, tese de doutorado, Universidad Nacional Autónoma de México.
- _____, 1985. "O emprego não-agrícola no Estado da Bahia" (1950—1975), In: *Força de Trabalho e Emprego*, vol. 1, nº 3, jan/abr., pp. 12-22. COSTA LIMA, Vivaldo, 1977. *A família-de-santo nos candomblés Jêje-Nagôs da Bahia: Um estudo de relações intergrupais*. Tese de mestrado, Mestrado em Ciências Sociais da UFBA. ERICKSON, Kenneth Paul, 1977. *The Brazilian Corporative State and Working — Class Politics*, Berkeley University of California Press. EVANS, Peter, 1982. "Reinventing the Bourgeoisie: State Entrepreneurship and Class Formation in Dependent Capitalist Development", *American Journal of Sociology*, vol. 88, Suplement. FARIA, Vilmar Evangelista de, 1980. "Divisão inter-regional do trabalho e pobreza urbana: o caso de Salvador" In: SOUZA, Guaraci A. A. de, e FARIA, Vilmar (orgs.), *Bahia de Todos os Pobres*, Petrópolis, Vozes/CEBRAP.
- FRANCO, Tânia Maria de Almeida, 1983. *O processo de trabalho numa indústria têxtil — um estudo de caso*. Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.
- _____, 1984. "Considerações sobre as tendências do emprego na Bahia de 1950 a 1980" In: *Força de Trabalho e Emprego*, vol. 1, nº 2, Salvador, SUTRAB/SINE. GRAY, R.Q., 1976. *The labour aristocracy In Victorian Edinburg*, Oxford. GUIMARÃES, Antonio Sérgio, 1982. *A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia*, dissertação de mestrado, em Ciências Sociais, UFBA.
- _____, 1985, "Movimento sindical e formação de classe no Brasil dos anos setenta", Salvador, *Universitas*, 33, jul-set.
- _____, 1986. "Regime fabril e formação de classe na indústria petroquímica da Bahia", *Relações de trabalho e relações de poder*, vol. 1, Fortaleza, UFC/CNPq/ANPOCS/ FINEP, pp. 262-285
- _____, 1987a. "Estrutura e formação das classes sociais na Bahia", *Novos Estudos Cebrap*, nº 18, setembro, São Paulo.

- _____, 1987b. "Organização e gestão do trabalho na petroquímica", Salvador, datil.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio e CASTRO, Nadya, 1987. "Movimento sindical e formação de classe", *Cadernos CRH*, n.º 4, Salvador, CRH/UFBa, 31 pp. GUIMARÃES, Iracema e CASTRO, Nadya, 1987a. "O que é que a baiana (az?)" *Cadernos CRH*, n.º 5, Salvador, CRH/UFBa, 27/pp.
- HOBSBAWM, E. J., 1970. "Lenin and the aristocracy of labour", *Marxism Today*, July.
- HUMPHREY, Jonh, 1979. "Operários na indústria automobilística do Brasil", *Estudos CEBRAP*.
- _____, 1982. *Fazendo o "Milagre"*: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira. São Paulo, CEBRAP/Vozes, 251 pp.
- JELIN, E. e TORRES, J., 1982. "Os novos trabalhadores na América Latina: uma reflexão sobre a tese da aristocracia operária", *Dados*, Rio de Janeiro, v. 25, n.º 2 LOPES, João 1987. "As campanhas salariais e a mobilização dos trabalhadores químicos e petroquímicos da Bahia", *Relatório Preliminar de Pesquisa*, Salvador, CRH/UFBa.
- MARX, Karl, 1975. *El Capital, libro I Capitulo VI (inédito)*, México, Siglo XXI, 5ª edição, 176 pp.
- MOORHOUSE, M. F., 1978. "The marxist theory of the labour aristocracy". *Social History*, v. 3, n.º 1.
- OLIVEIRA, Francisco, 1977. *Elegia para uma religião*, Rio, Paz e Terra.
- _____, 1987. *O eto perdido — classe e identidade de classe*, São Paulo, Brasiliense, 134 pp..
- PECCHIA, Giuseppe Antonio, 1985. *Controle e resistência da Força de trabalho numa indústria petroquímica: a COPENE*, Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciência Política — UFMG. PRZEWORSKI, Adam, 1977. "Proletariat into a class: the process of class formation from Karl Kamtskys The Class Struggle to recent controversies" In: *Politics and Society*, n.º4. REIS, João José, 1986. *Rebelião Escrava no Brasil — a história do levante dos Malês (1835)*, São Paulo, Brasiliense, 293 pp. RISÉRIO, Antônio, 1981. *Carnaval llexá: notas sobre afoxés e blocos do novo carnaval afro-baiano*, Salvador, Corrupio. RODRIGUES, José Albertino, 1974. "Movimento sindical e situação da classe operária", *Debate e Crítica*, n.º 2, jan/jun, pp. 98-111. SOARES, José Arlindo, 1985. "Os limites do novo sindicalismo no Nordeste", trabalho apresentado no IX Encontro Anual da ANPOCS/GT Classe Operária e Sindicalismo, São Paulo, 32 pp. SUAREZ, Marcus Alban. 1986. *Petroquímica e Tecnoburocracia*. São Paulo, HUCITEC. VIANNA, Luiz Wemeck, 1978. "Questões Atuais sobre o Sindicalismo", *Ensaio*, Ano II, n.º 4. WEFFORT, Francisco. 1972. *Participação em Conflito Industrial*. Caderno n.º 6 São Paulo. CEBRAP.
- _____, 1978. "Os Sindicatos na Política (Brasil 1955 — 1964)", *Ensaio Opinião*, n.º 2/5.
- _____, 1979. "Democracia e Movimento Operário: algumas questões para a história do período 1945-1964". Parte 1 e 2 In: *Revista de Cultura Contemporânea*, n.º1: 1/2. Parte 3 In: *Revista da Cultura e Política*, n.º1.